

UMA (RE)VOLTA PELO CENTRO OESTE A SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS DA ILHA DO BANANAL: UM ESTUDO DE CASO DOS ÍNDIOS KARAJÁ DA ALDEIA SÃO DOMINGOS (KREHAWÃ)

Mirian Grasiela Teodoro – UFMS/Bolsista PIBIC/CNPq
miriangrasi@yahoo.com.br

Francisco José Avelino Júnior – UFMS
china@ceul.ufms.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo refere-se a uma pesquisa realizada durante o projeto de extensão na Ilha do Bananal, tendo como principal objetivo efetuar um levantamento sobre a história dos índios Karajá e as transformações culturais na aldeia São Domingos (KREHAWÃ), localizada no município de Luciara no Mato Grosso onde 16% da extensão do estado pertence a reservas indígenas com uma população de 25.280 indígenas. Os Karajá datam do século XVI e sua história está diretamente ligada ao Rio Araguaia,

assim como em todo o Brasil, os Índios foram os primeiros povos a habitarem a Ilha do Bananal.

Para a solidificação deste estudo, uma série de procedimentos foi realizada, como revisão bibliográfica, coletas de dados, observações diretas dos índios Karajá residente na aldeia São Domingos (KREHAWÃ).

A HISTÓRIA E IMPORTÂNCIA DO RIO ARAGUAIA NA CULTURA DOS ÍNDIOS KARAJÁ NA ILHA DO BANANAL

A Ilha do Bananal é considerada a maior Ilha Fluvial do mundo. Durante o século XVII, com expedições escravistas realizadas entre 1607 e 1615, marcam o início da mudança na língua e cultura dos índios da Ilha do Bananal, principalmente os Karajá, sendo que estes eram em maior número. Existe um mito sobre a origem dos índios Karajá na Ilha do Bananal como é relatado no JORNAL ALVORADA/2002, que os índios Karajá:

(...) Viviam antes em outra terra que fica no fundo do rio Araguaia. Certo dia, uma pessoa conseguiu sair por um buraco lá dessa terra que existe no fundo do Rio, onde havia muitas coisas bonitas e boas como pequi e tantos outros vegetais, havia aves, os animais... ao saberem disso, outros que estavam lá embaixo do rio quiseram sair também. Foi assim que os Karajá começaram a ocupar as terras as margens do Rio Araguaia. Isto teria acontecido a milhares de anos atrás (...).

Existem informações que afirmam terem duas frentes de contato da sociedade não índia com os índios Karajá, sendo os primeiros os Padres Jesuítas, e o segundo os Bandeirantes Paulistas a procura de ouro e escravo. Durante o século XVII, muitos indígenas foram levados para São Paulo como escravos vários Karajá foram aldeados para facilitar a navegação, estes novos hábitos

impostos aos indígenas e as doenças reduziram drasticamente a população Karajá. Esses contatos foram marcados por destruição e dominação, destruindo a cultura em favor de uma sociedade dominante e mercantilista.

(...) os aldeamentos impunham transformações dos hábitos cotidianos de uma nova disciplina de trabalho e o incentivo à agricultura em detrimento da caça e da pesca. Os ritmos fixos do plantio e da colheita forçavam os índios a readaptarem seu padrão cultural. Mas não houve êxito, os novos costumes impostos aos índios e as doenças reduziram drasticamente essa população, e muitos fugiram para outras aldeias (...) (ROCHA, 1998, p.96)

Durante o século XVIII, o Araguaia passou a ser ocupado pelos Portugueses para ser utilizado como sistema de comunicação da então província de Goiás à Belém, no século XIX aumentou a pressão sobre os Karajá, pois a navegação do rio Araguaia transformou – se em prioridade para ocupação dos sertões Goianos, este século é marcado por conflitos constantes, gerados pelo “progresso”, navegação a vapor no Rio Araguaia assume uma considerável importância comercial, com a tentativa do governo desta conjuntura, resolver o problema da província, criando uma empresa de navegação a vapor, ligando o centro do país a um porto marítimo. O rio Araguaia não firmou-se como meio de transporte, deixando vários problemas como resquícios da invasão e exploração indígena sobre a população dos Índios Karajá. Como afirma (RIBEIRO, 1987,p.26)

(...) Os Karajá experimentaram, então anos de contato maciço com civilização”, que, pela primeira vez, se assentava em bases permanentes através de todo o seu território. Viram surgir uma rede de guarnições militares, diversos núcleos de comércio ativo e até colégios, criados especialmente para seus filhos. Euforia que durou 20 anos: os vapores afundaram, a empresa extinguiu-se, os comerciantes faliram e os colégios foram fechados (...).

Os desgastes causados pelos colonizadores, os Karajá obtiveram diversas enfermidades desconhecidas, para as quais não dispunham de imunidade e impôs modificações em seu estilo de vida que reflete ainda nos dias de hoje.

A partir do século XX, profundas mudanças aconteceram na Ilha do Bananal, principalmente na vida dos índios Karajá que causaram um rastro de epidemias e enormes mortandades e desaparecimento de muitas aldeias, com plano de manejo que procuravam reunir pequenas tribos em maiores com interesses comerciais nas atividades de artesanato (cerâmica e cestaria). O plano de manejo ganha forças maiores quando os índios passam a ser considerados como um entrave econômico por ocuparem áreas de relevante interesse econômico, para solucionar este problema é criada a SPI Serviço de Proteção ao Índio ligado a República Federativa do Brasil, que não respeitava a diversidade cultural do país, e como em todos os outros séculos procuravam inserir os índios na economia nacional como mão-de-obra barata, ou mesmo não remunerada isto aconteceu durante o governo de Getulio Vargas.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, este considera a região como sendo propícia e qualificada para o turismo selvagem, uma nova roupagem moderna para a inserção do capital no local, inaugurando diversas pontes e construindo um Hotel quase dentro das aldeias dos Índios, o impacto gerado com a construção do Hotel e o conseqüente turismo na Ilha do Bananal não foi avaliado, mas as pescas dos militares provavelmente causaram grandes impactos na fauna, na flora e nas comunidades que dependiam dos recursos naturais da Ilha para sobreviver.

A DEFINIÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO DA ALDEIA SÃO DOMINGOS (KREHAWÃ) NO RIO ARAGUAIA

Os Karajá tem sua presença registrada na Ilha do Bananal na região do Rio Araguaia desde o final do século XVI, mas sua presença é registrada em 1773, depois de cinco décadas de violência e opressão os Karajá tem sua reserva demarcada pelo Governo Federal em 25 de novembro de 1982, através da portaria nº 1464/E do Ministério do Interior homologada e regularizada pelo decreto nº 383 de 24 de novembro de 1991, a partir da regularização da demarcação das terras dos Karajá, esses passam a viver um clima de violência e opressão, pois nas reservas havia posseiros e grileiros, com isto os índios tomam a iniciativa de lutar pelas suas terras, pois não houve iniciativa do estado para desapropriação dessas terras, com isso há denúncias de que policiais civis de Luciara estavam envolvidos nos conflitos como é relatado no trecho desta denúncia:

(...) OS Karajá da AL de S. Domingos, em Luciara (MT), estão em pé de guerra. Cercas de 180 índios – cem da aldeia e outros 80 de áreas vizinhas – estão armados, e deram um ultimato a FUNAI, Procuradoria da República, PF e IBAMA, para tentarem encontrar uma solução pacífica para o conflito com as 17 famílias de posseiros que ocupam a reserva. Nos últimos dias, oito casa de posseiros foram queimadas. O administrador regional da FUNAI em São Félix do Araguaia, Edson Beiriz, informou que a situação é preocupante e o conflito pode explodir a qualquer momento. Segundo ele, existem "pessoas poderosa" entre posseiros, e cita nominalmente o sargento Célio (sic), comandante do Destacamento da PM de Luciara que sozinho "fez uma derrubada de 40 a 50 hectares para plantar a terra como meeiro". Beiriz ainda acrescenta que não pode contar com os poderes do município. O atual prefeito de Luciara, Nagib Elias Quedes, e o prefeito eleito Abi Roque de Lima, não são simpatizantes dos índios. Relata que eles chegaram anunciar em público a intenção de construir um Hotel na Área Indígena. Demarcada desde 1982, a Reserva dos Karajá não tem registro definitivo em cartório da cidade. Entretanto, o cartório já emitiu, dois títulos de posse dentro da área Indígena. Na época da demarcação a presença dos posseiros foi classificada como de "boa fé", e com direito a indenização pela União, que nunca foi efetivado. Cansados de esperar, os índios resolveram dar inicio a uma operação própria de desocupação, ateando fogo em três casa. No dia seguinte queimaram cinco (...).

Este entrave entre índios, posseiros, retireiros e órgãos públicos, teve ameaças de mortes e muita repressão, mas não tomou proporções maiores devido a equipe pastoral de Luciara, o descaso com a cultura indígena pouco mudou, mas podemos perceber novas formas de organização e estruturação do território.

Atualmente o povo Karajá vive em 12 aldeias todas localizadas as margens do rio Araguaia em quatros estados: Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará.

A RESERVA INDÍGENA DE SÃO DOMINGOS (KREHWÄ)

A reserva esta localizada no município de Luciara, as margens do rio Araguaia com uma região típica de cerrado. A reserva possui 5.704 hectares, onde atualmente habitam aproximadamente 138 pessoas, morando em 25 casas.

As casas tem a tradição de serem construídas todas paralelas ao rio Araguaia, estas são construídas de palhas de palmeiras, nesta reserva possui também dois prédios, um sendo a escola e o outro o posto de saúde, neste espaço tem uma oficina para a fabricação de farinha de mandioca, pois este é o alimento básico da comunidade. Todas as casas possuem instalação elétrica e uma torneira com água tratada.

As atividades são separadas segundo gênero. As mulheres cuidam dos afazeres domésticos, fabricam artesanato onde esta tradição é passada de mãe para filha e também exercem funções como professora, merendeira, etc... Aos homens cabem as construções das casas, canoas, remos, a pesca, a caça, e também o plantio e o cuidado com as roças.

A renda familiar da aldeia segundo (FREITAS, 2002, p. 34):

É variada: vem da pesca, do artesanato que é vendido a cidade para moradores e turistas na temporada de praia que vai de maio a setembro.

A aposentadoria é outro fator novo e interessante, algumas famílias dependem economicamente da aposentadoria dos mais velhos (...).¹

Os Índios Karajá contam com a renda que vem da criação de 308 cabeças de gado, e a renda que vem do pasto nativo, quando durante as enchentes do rio Araguaia eles alugam aos retireiros, que são pessoas que vivem da pecuária extensiva em uma área coberta por gramínea natural, ou seja planície alagada, neste lugar acontece o apascento comum do gado sem nenhuma discriminação entre os demais retireiros que não possuem propriedade individual e utilizam a área comunalmente, tanto para apascento do gado, como a extração de lenha, frutas e plantas medicinais.

Apesar da ocupação por grileiros e posseiros, que não tiveram a preocupação em preservar ainda encontramos várias espécies de madeira como o Jatobá, Copaíba, etc..., podemos contar com a preservação de várias espécies frutíferas como Murici, Mangaba e também outras plantas que além de frutíferas oferecem matérias primas para artesanato, como a palmeira Buriti que além de fazer o suco e doce sua palha serve para a fabricação de quase todos os artesanatos indígenas, ou seja é a base desse artesanato entre outros. Como a reserva é banhada pelo rio Araguaia e um afluente

(Lago São Domingos), os Karajá podem contar com uma diversidade de peixes como: Bicudo, Cachorra, Cará, Pacu, Pirarucu, Sardinha etc..., em relação ao Pirarucu existe uma crendice que os índios não consomem este peixe salgado pois não são habituados a comer comida com muito sal. Outros acreditam que o Pirarucu é a alma de pessoas que virou peixe. Os índios Karajá têm preservado os animais silvestres, cujo o numero vem aumentando como, a Ariranha, Lobo Guará, vários tipos de cobras, Tatu etc. Existe ainda uma variedade de pássaros.

Devido a implantação da agricultura mecanizada por volta de 1986 na aldeia São Domingos o índio passa a comer arroz e comem até hoje, sendo hoje um dos fatores mais importante para a sobrevivência dos índios, a mecanização imposta pela FUNAI determina o plantio de uma só cultura como o arroz, que não é o suficiente para suprir a necessidade básica da comunidade e com isso eles perdem sua cultura e suas lendas devido a imposição do homem não índio ao modo de vida dos índios Karajá.

Os Karajá da aldeia São Domingos sempre moraram neste torrão (terra alta não alagável), eles se consideram parte da terra, não há muita distinção dos outros seres humanos da terra, pois para eles a terra é um lugar sagrado. Ela é o chão onde se revive o passado e se constrói o presente e o futuro. Terra é o lugar de morada dos espíritos, lugar dos mitos, lugar de plantar e colher. Terra é vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo evidenciou a história e a situação sócia econômica dos índios na Ilha do Bananal, especificamente os Karajá da aldeia São domingos (KREHAWÃ), procurando enfatizar como as diversas mudanças que o homem não índio impôs à cultura e tradições dos índios.

Apesar de todas as ações que os indígenas foram e estão submetidos, não deixaram de existir como povo, cultura, etnia e como parte de uma realidade social e regional, mantendo – se como povos na manutenção conservadora de elementos culturais que por uma atitude ativa buscam a defesa de suas terras, pois as retomadas² feitas pelos Karajá do seu território são símbolos atuais da resistência e vontade e viver. Os Karajá retomam a terra com sua própria dignidade, seu destino, o curso de sua história pela ocupação do espaço, pois enquanto para o índio a terra é uma dádiva sagrada, para o homem não índio, esta é mercadoria e fonte de poder.

Os Karajá sofreram diversos tipos de violência, expulsão de suas terras, com aldeamento imposto durante a tentativa de navegação do rio Araguaia, a omissão do Estado que alimenta interesses econômicos nas terras indígenas, a agricultura mecanizada que absorveu deles a cultura de plantar

¹ A aposentadoria é um fator novo, algumas famílias dependem economicamente da aposentadoria dos mais velhos. Segundo a agência de correios local, na aldeia constam 13 pessoas aposentadas.

² Retomadas é o termo que tem sido utilizado pelos Guaranis e Kaiowá para a sua ação de retorno a áreas tradicionais (tekohas) de onde foram sistematicamente desalojadas. Retomam, após o reconhecimento oficial por parte do governo brasileiro de que se trata de território de ocupação indígena. Retomam porque, embora haja aqueles reconhecimentos, não são (re) empossados em seus territórios, proibidos agora por liminares concedidas pelo poder judiciário. Cansados, humilhados, não podendo mais esperar, 'afrontam' aquelas decisões, porque 'injustas', contando com apoio solidário da opinião publica. (AVELINO JUNIOR apud PAULETTI, 2004 p. 88).

diversas culturas, o entrave entre posseiros, retireiros e órgãos públicos com ameaças de morte e muita repressão.

As retomadas feitas pelos índios Karajá na Ilha do Bananal de seus territórios invadidos são ações que visam à autonomia, mas são também manifestações de religiosidade, de esperança e crença no futuro. Retomar a Terra é conquistar espaço e dignidade. É fincar esteios para a construção de uma nova história.

Esses problemas não se enceram, as negociações entre os índios Karajá e o Ministério Público até o momento ainda estão em andamento, e existe grandes projetos governamentais envolvendo terras indígenas.

Referência bibliográfica:

BARROS, Rosane Pereira Meneses. *Relação do Estado com os povos Indígenas na Ilha do Bananal*, Monografia apresentada na Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus do Médio Araguaia. Luciara MT, 2002.

FREITAS, Keila Souza Ribeiro. *As Transformações Culturais no uso do solo da aldeia KREHAWÃ*, Monografia apresentada na Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus do Médio Araguaia. Luciara MT, 2002.

JORNAL ALVORADA – *Encarte Especial* – 2002 nº 219, ano 30.

AVELINO JUNIOR, Francisco José. *A questão da Terra em Mato Grosso do Sul: Posse/Usos e Conflitos*. Tese (Doutorado em Geografia), São Paulo: FFLCH, USP, 2004.

ROCHA, Leandro Mendes. *O estado e os índios Goiás 1850 – 1889*. Dissertação de Mestrado. ED. UFG. Goiânia, 1998.

TORAL, André Amaral de. *Cosmologia e sociedade Karajá*, Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A Fronteira Amazônica Mato – grossense: Grilagem, corrupção e violência*, Tese apresentada no concurso de livre Docente da faculdade de filosofia, letras e ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1997